



“EU SOU DE CHEGAR, MEU AMOR!”: A PRODUÇÃO DAS TERRITORIALIDADES DAS MULHERES NEGRAS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (SESSÃO TEMÁTICA 11)

Rafaela Aparecida Miguel de Araujo
Universidade Federal do Rio de Janeiro | rafaelaapm1@gmail.com

Sessão Temática 11: Espaços e Diferenças: Gênero, Raça, Etnia e Diversidade

Resumo: O conceito de raça, como categorização e hierarquização fenotípica, e o racismo fundados junto da Modernidade são parte fundamental da constituição do mundo ocidental. A categoria raça, de forma consciente ou não, está presente em todas as relações humanas estabelecidas, e na relação com o espaço não é diferente. O gênero também se mostra como um aspecto relevante dessas relações, ao compreendermos a estrutura machista e patriarcal na qual vivemos, impactando também a forma como as relações com o espaço vão se dar a depender do gênero com qual cada indivíduo se identifica. Nesse sentido, o presente trabalho busca investigar a relação estabelecida entre as mulheres negras e o espaço da cidade do Rio de Janeiro, das formas utilizadas para se fazerem presentes nesse espaço fundamentalmente machista e racista e dos processos de territorialização realizados através dos afetos desenvolvidos pelos espaços frequentados durante suas vidas.

Palavras-chave: Raça; Gênero, Territorialidade; Espaço; Corpo.

"I'M ALL ABOUT MAKING MY PRESENCE KNOWN, MY LOVE!": BLACK WOMEN'S PRODUCTION OF TERRITORIALITIES IN THE CITY OF RIO DE JANEIRO

Abstract: *The concept of race, as a categorization and hierarchization of phenotypic traits, and racism, both rooted in Modernity, are fundamental to the constitution of the Western world. The category of race, whether consciously or unconsciously, is present in all human relationships, and its influence extends to spatial relations as well. Gender also emerges as a relevant aspect of these relationships, given the sexist and patriarchal structure in which we live, which also impacts how spatial relations unfold depending on the gender with which each individual identifies. In this context, the present work seeks to investigate the relationship between Black women and the urban space of Rio de Janeiro, focusing on the ways they assert their presence in this fundamentally sexist and racist space, and on the processes of territorialization carried out through the emotional connections developed with the spaces they frequent throughout their lives.*

Keywords: *Race; Gender; Territoriality; Space; Body.*

"¡YO SOY DE LLEGAR, MI AMOR!": LA PRODUCCIÓN DE LAS TERRITORIALIDADES DE LAS MUJERES NEGRAS EN LA CIUDAD DE RÍO DE JANEIRO

Resumen: *El concepto de raza, como categorización y jerarquización fenotípica, y el racismo, fundados junto con la Modernidad, son parte fundamental de la constitución del mundo occidental. La categoría de raza, de forma consciente o inconsciente, está presente en todas las relaciones humanas establecidas, y en la relación con el espacio no es diferente. El género también se presenta como un aspecto relevante de estas relaciones, al comprender la estructura machista y patriarcal en la que vivimos, lo que también impacta la forma en que se desarrollan las relaciones con el espacio según el género con el que cada individuo se identifica. En este sentido, el presente trabajo busca investigar la relación establecida entre las mujeres negras y el espacio de la ciudad de Río de Janeiro, las formas empleadas para hacerse presentes en este espacio fundamentalmente machista y racista, y los procesos de territorialización realizados a través de los afectos desarrollados hacia los espacios frecuentados a lo largo de sus vidas.*

Palabras clave: *Raza; Género; Territorialidad; Espacio; Cuerpo.*

INTRODUÇÃO

O racismo é parte intrínseca na constituição da sociedade brasileira. Essa sociedade, fundada e moldada a partir dos ideais difundidos no início da era da Modernidade, através da invasão e ocupação dessas terras por colonizadores portugueses, têm a constituição de raça, a partir do fenótipo, como base principal das relações sociais aqui estabelecidas. Dessa maneira, não é equívoco afirmar que a sociedade brasileira é uma sociedade racista, principalmente ao tomar um olhar mais aprofundado e observar as formas de racismo cotidiano que atingem e afligem as pessoas negras no país.

Werneck (2016) sintetiza, no quadro 1 abaixo, as diversas maneiras pelas quais racismo pode ocorrer em 3 grandes grupos que se subdividem em manifestações emocionais ou materiais, mostrando, ao final, os impactos materiais e/ou psíquicos gerados por essa violência.

Figura 1: Quadro sobre a ação do racismo sobre a vida de um indivíduo.



Fonte: Werneck, 2016, p. 542.

Os episódios de racismo cotidiano, como é denominado por Kilomba (2019), para se referir a às situações de racismo vivenciadas por pessoas negras no dia a dia, como uma forma de entrelaçamento entre o passado e o presente, atuam como um lembrete contínuo às pessoas negras sobre o seu lugar historicamente designado na sociedade, bem como a sua formação como ser social realizada a partir da visão e constituição como O Outro, aquele contrário ao padrão estabelecido pela branquitude. Ainda segundo a autora essas formas, muitas vezes sutis, de racismo que ocorrem no cotidiano acabam por transportar, de forma simbólica, as pessoas negras ao passado colonial, e funciona como uma forma de

aprisionamento de seu corpo e sua mente, em nome da manutenção de um status quo desejado pela branquitude como a regra da normalidade, do padrão, do aceitável.

Esses episódios, portanto, ocorrem de maneira inesperada e demonstram como a população negra é percebida e vive a sua realidade. Como exemplo dessas situações, Bento (2022) em “O Pacto da branquitude” trouxe um episódio de racismo que é possível observar a forma como essa violência pode atingir com mais profundidade as mulheres negras. Bento (2022) relata que enquanto trabalhava como recrutadora de pessoal para empresas, as duas mulheres negras que enviou para entrevista em um banco foram negadas, recebendo do contratante a seguinte advertência: “Não te disseram que neste banco não se contratam negras como secretária?”. A autora explica que após algum tempo vai compreender melhor o que se passou durante esse ocorrido, e que sendo as secretarias o cartão de visita dos clientes para com as empresas, as mulheres negras não poderiam ser o rosto a representar esses empreendimentos. Para além disso, Kilomba (2019) apresenta mais uma questão sensível representante do racismo experienciado pelas mulheres negras, por exemplo, ao trazer o relato de uma entrevistada de seu livro que falou sobre como recebia perguntas invasivas sobre o seu cabelo, questionamentos sobre sua forma de cuidar de seu cabelo, toques não autorizados e um caso sobre a rejeição de um companheiro sobre seu cabelo natural. A autora então demonstra que a valorização do cabelo da mulher negra se torna um elemento de luta política e de resistência aos padrões impostos em nossa sociedade, bem como uma forma criação de autoestima, uma vez que o cabelo durante a escravidão foi tomado como um símbolo de primitividade e inferioridade, junto a outros traços da identidade e existência da pessoa negra.

Ao compreendermos que “[...] uma sociedade que constitui suas relações por meio do racismo, [...] [tem] em sua geografia lugares e espaços com as marcas dessa distinção social [...]” (Porto –Gonçalves, 2002, p.4 apud Santos, 2007, p.29), e que junto ao preconceito de raça, o machismo também está igualmente presente em nossas relações sociais e conseqüentemente em nossa geografia, sendo definido por Berth (2023) como mais um elemento que ordena relações de poder assimétricas, atuando na sociedade e em todas as suas relações e representações. A partir desse primeiro panorama é possível perceber como raça e gênero são elementos que não só orientam nossas relações sociais, como também se fazem presentes no espaço geográfico produzido. Nesse sentido, entender de que forma as mulheres negras irão produzir e reproduzir suas vidas, e conseqüentemente como irão se territorializar no processo de apropriação do espaço da cidade se faz relevante, uma vez que são pessoas que cotidianamente experienciam em seu corpo e a partir do seu corpo que se faz presente nos espaços problemáticos quanto à raça e gênero. Assim, segundo Berth (2023),

a linguagem urbana, para além de concreta, é simbólica. Se o corpo físico dos grupos minoritários, que funcionam também como territórios móveis, é recalçado pela elite dominante e predominantemente branca, o confronto de classes, raça e gênero se dá pela disputa narrativa [...].” (Berth, 2023, p.40-1)

E essa disputa narrativa também se dá na ocupação dos mais diversos espaços da cidade, estando presente como forma de resistência à esses discursos e formas de ser e estar no mundo racistas e machistas pré-estabelecidas como princípios ordenadores da vida coletiva.

RAÇA E GÊNERO: A INTERSECCIONALIDADE

O racismo é uma violência que atinge pessoas negras no geral, contudo quando se trata especificamente de mulheres negras é necessária a utilização de outras lentes para compreender melhor a situação delas. Carneiro (2019) fala sobre a importância do movimento de mulheres no Brasil ao destacá-lo como referência a nível mundial no que tange a busca pela contemplação dos interesses das mulheres de forma internacional, contudo esse movimento é sabidamente excludente quanto à consideração de demais outras problemáticas que podem afetar a vida de uma mulher para além do machismo e sexismo, de forma que ignora a grande diversidade de raças, culturas e formas de expressar a mulheridade. O movimento feminista, então, embora tenha trazido para o debate em sociedade pautas importantes sobre o ser mulher, não abarcava todas as possibilidades de ser mulher existentes, de forma que

[...] grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, na essência, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso. (Carneiro, 2020, p.274)

As mulheres negras brasileiras também não enxergavam sua condição como pauta relevante para a luta coletiva junto do Movimento Negro, que na época tinha como principal preocupação a criação de uma identidade negra coletiva. Assim,

Nenhum de seus aliados mais próximos - homens negros no movimento negro, ou mulheres brancas no movimento feminista, ou socialistas nas organizações que defendiam os direitos da classe trabalhadora - defenderia visceralmente os principais interesses dessas mulheres com tanto fervor quanto elas mesmas. (Carneiro, 1995, p.11-8 *apud* Collins; Binge, 2021, p.45)

O Movimento Feminista Negro nasce, portanto, pela necessidade que as mulheres negras observaram de ter suas questões sociais representadas não apenas como mulheres, ou negras, mas como mulheres negras, pois tanto o preconceito de raça, quanto questões ligadas ao sexismo e ao machismo são relevantes para a sua socialização e vivência como mulheres em nossa sociedade. Quanto a isso, Carneiro (2020) cita Gonzalez (*apud* Barros, 2000, p.56), que ao afirmar que

as concepções do feminismo brasileiro padeciam de duas dificuldades para as mulheres negras: de um lado, o viés eurocentrista do feminismo brasileiro, ao omitir a centralidade da questão de raça nas hierarquias de gênero presentes na sociedade (a ocidental) para o conjunto das mulheres, sem mediações que os processos de dominação, violência e exploração que estão na base da interação entre brancos e não-brancos, constituísse em mais um eixo articulador do mito da democracia racial e do ideal de branqueamento. Por outro lado, também revela um distanciamento da realidade vivida pela mulher negra ao negar toda uma história feita de

resistências e de lutas, em que essa mulher tem sido protagonista graças à dinâmica de uma memória cultural ancestral - que nada tem a ver com o eurocentrismo desse tipo de feminismo. (p.275)

Kimberlé Crenshaw, criadora do conceito de interseccionalidade, já atentava para a problemática de tratar gênero e raça como categorias excludentes, tanto como forma de experiência de vida, quanto forma de análise social. Ao também defender a visão de que mulheres negras são excluídas tanto da agenda feminista, quanto da agenda antirracista devido ambos movimentos não refletirem a interação entre raça e gênero que está a todo momento orientado a vida das mulheres negras, ela afirma que " [...] any analysis that does not take intersectionality into account cannot sufficiently address the particular manner in which Black women are subordinated." (Crenshaw, 1989, p.140).

Para compreender um pouco mais a fundo o sentido da interseccionalidade, Hall (2006) fala sobre como a identidade na pós-modernidade é móvel, sendo formada e transformada a todo momento pela forma como somos representados pelo mundo ao nosso redor. Ele afirma que

Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. [...] à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar - ao menos temporariamente. (Hall, 2006, p.13)

Essas várias identidades ao tomarem forma complexamente em conjunto vão nortear a forma como também serão vividos os preconceitos. Assim, a interseccionalidade se revela como uma ferramenta de análise das relações sociais, a qual "[...] fornece estrutura para explicar como categorias de raça, classe, gênero, idade, estatuto de cidadania e outras posicionam as pessoas de maneira diferente no mundo." (Collins; Binge, 2021, p.33). Assim, em determinados contextos, diferentes categorias que formam as nossas variadas identidades, que são expressas na forma como somos constituídos fenotipicamente e na nossa posição social ocupada no mundo, como gênero, raça, orientação sexual, religião e classe social, se interconectam resultando em um sistema de opressão que revela a sobreposição de várias formas de discriminação.

SOBRE TERRITORIALIDADES E O CORPO- ESPAÇO

Souza (2000), define o território como "[...] espaço definido e delimitado por e partir de relações de poder." (Souza, 2000, p.78) É ressaltado ainda pelo autor que as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e o seu espaço é um aspecto relevante para compreender a gênese de um território ou do interesse em manter ou tomar essa porção do espaço. Contudo esse território é na mesma medida construído por diferentes agentes sociais, dentre eles indivíduos, grupos sociais, o Estado, empresas, igrejas e outros.

Para Haesbaert (2002) a constituição de um território também requer a necessidade do exercício de poder, tanto poder político, de dominação sobre uma porção da superfície

terrestre, quanto de poder simbólico, onde ocorre a apropriação simbólica de uma porção da superfície terrestre, feita a partir do processo do vivido pelo grupo social. Por esse motivo os territórios e o processo de territorialização resultam em múltiplas e diferentes territorialidades, a partir do momento em que a intenção por trás do controle de uma área geográfica é atingir, afetar, influenciar ou controlar fenômenos, pessoas e relacionamentos. (Sack, 1986 *apud* Haesbaert, 2002) Dessa forma, para Haesbaert (2002) todo território será ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois o exercício de poder sobre o espaço é realizado tanto para produzir funções quanto para dar significados a esses espaços.

O processo de territorialização se dará, então, segundo Bastos (2015) a partir das múltiplas formas de construção/apropriação concreta ou simbólica do espaço, e Haesbaert (2020) complementa esse entendimento ao afirmar que

[...] a territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar. (Haesbaert, 2020, n.p)

Contudo, um aspecto relevante a ser adicionado a essa discussão é o fato desses processos serem todos realizados a partir de corpos, que se fazem presente no espaço de diferentes formas e se apresentam à sociedade de diferentes maneiras, resultando, então, em diferentes tipos de relações de apropriação estabelecidas com esse espaço, pois “diferenças corpóreas modificam a natureza das relações entre sujeito e espaço” (Silva; Ornat, 2016, p. 60)

Silva e Ornat (2016) observam que Lefebvre, em *A produção do espaço*, já discorria sobre a relação existente entre o espaço e o corpo ao afirmar que

[...] há uma relação imediata entre o corpo e o seu espaço, entre a distribuição do corpo no espaço e sua ocupação do espaço. Antes de produzir efeitos na esfera material (ferramentas e objetos), antes de produzir-se por alimentar-se daquela esfera material e antes de se reproduzir, gerando outros organismos, cada corpo vivo é espaço e tem seu espaço: ele se produz no espaço e também produz esse espaço. (Lefebvre, 1991 [1974], p.170 *apud* Silva; Ornat, 2016, p.57)

A partir de Valentine (2001) os autores sustentam a tese do corpo como um espaço, pois, para além de significar a primeira demarcação entre o eu e o Outro, para a autora é através dele que podemos nos conectar com outros espaços e experienciá-los, contudo esses corpos, que estão a todo momento em um processo de negociação com outros espaços não estão passivos às construções sociais de gênero, idade, raça e demais outras, podendo tanto rejeitá-las quanto incorporá-las.

Pile (1996 *apud* Silva; Ornat, 2016) afirma então que os corpos são constituídos dentro de uma constelação de relações de objeto, de maneira que esse corpo é constantemente territorializado, desterritorializado e reterritorializado por meio de

processos de identificação, mecanismos psíquicos de defesa, por sentimentos intensos, por fluxos de poder etc. Esses corpos, portanto,

também produzem o espaço, seus próprios mapas de desejo, gosto, prazer, dor, amor e ódio. Os corpos em permanente processo de negociação com outros espaços ajustam suas posições no mundo, sendo, também eles lugares de aglutinação de negociações externas e internas do poder. (Silva; Ornat, 2016, p.64)

O entendimento do mundo a partir da primeira escala do corpo torna-se relevante por esse motivo, pois é o corpo que se apresenta como o primeiro espaço do qual nos apropriamos, nos identificamos, onde vamos inserir nossas marcas culturais, conseqüentemente nos possibilitando a interação com as outras escalas espaciais. Sendo a escala um conceito socialmente produzido dentro de tempos e espaços específicos, ela se apresenta como uma forma de compreender a realidade a partir de um enquadramento (Campos; Silva, 2020), isso nos abre a possibilidade de utilização do corpo como uma escala geográfica.

Silva e Ornat (2016) afirmam então que o corpo é uma esfera geopoliticamente localizada, uma vez que uma mesma característica (ou apresentação de identidade como visto com Hall (2006)) pode ganhar sentidos diferentes a partir da sua localização, ou seja, das relações escalares. Rich (1984), uma poetiza e militante feminista norte- americana, é citada por Campos; Silva (2020) ao oferecer uma maior profundidade à abordagem do corpo pela Geografia através de seu conceito 'Geography closest in - the body', ou Geografia mais próxima – o corpo, onde ela afirma que

[...] um lugar no mapa é também um lugar na história dentro do qual, como uma mulher, judia, lésbica, feminista eu sou criada e eu estou tentando criar. Comece, porém, não com um continente ou um país ou uma casa, mas com a geografia mais próxima - o corpo. (Rich, 1984, p. 212-213, tradução nossa). Os corpos são atravessados por poderes de outras escalas como as políticas de maternidade, do aborto, da heterossexualidade compulsória, da política do estupro, da esterilização forçada, da política do racismo e assim por diante. A reivindicação do direito sobre o corpo faz dele um espaço de luta social. O corpo é uma escala espacial ativamente produzida 'em' e 'através' das relações de interação espaciais." (Campos; Silva, 2020, p. 106)

O corpo, portanto, pode ser considerado o primeiro elemento na escala geográfica, a partir do momento que proporciona, através da materialização do seu espaço, nos limites físicos, a experiência e vivência de outros espaços exteriores. Porém, como bem lembram Campos; Silva (2020) cada corpo à sua forma desenvolve um tipo de relação com o espaço, pois "diferenças corpóreas modificam a natureza das relações entre sujeito e espaço." (Campos; Silva, 2020, p.104) Em razão disso a discussão sobre a forma como o corpo especificamente da mulher negra vive a cidade e se apropria do espaço da cidade torna-se relevante para discussão aqui empreendida, pois a estrutura racista que sustenta a nossa sociedade se revela como um obstáculo para a vida as mulheres negras ao experienciarem o

espaço e conseqüentemente irá orientar seus processos de territorialização e apropriação dos diversos espaços da cidade.

SER MULHER NEGRA NA CIDADE

A pesquisa “Vivências e demandas das mulheres por segurança no deslocamento”, realizada em setembro de 2024, desenvolvida pelos institutos Patrícia Galvão e Locomotiva, relatou que 71% das mulheres entrevistadas revelaram já ter enfrentado violência em momentos de deslocamento pela cidade¹. Foram entrevistadas aproximadamente 4 mil mulheres brasileiras moradoras das cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Salvador, Belo Horizonte, Recife, Belém, Fortaleza e Porto Alegre que utilizam diferentes modais de transporte para se locomover no seu cotidiano na cidade. Um dado relevante da pesquisa é que do total entrevistado, 84% são mulheres LBT (lésbicas, bissexuais e trans) e 82% são negras, evidenciando a maior sensibilidade da experiência do ser mulher ao inserir no contexto outras raças, sexualidades e performances da mulheridade.

Dentre as situações de violência relatadas estão inclusas a importunação sexual, o assédio, sequestro, assalto, agressão, preconceito ou discriminação de gênero, orientação sexual e racismo. A pesquisa ainda considerou para a classificação adotada cantadas inconvenientes, olhares insistentes e importunações similares. Além disso, foram listados, como causas que contribuem para o aumento da insegurança feminina, a ausência de policiamento, iluminação e ruas desertas são os principais fatores que contribuem para a insegurança feminina, bem como os espaços públicos abandonados, o horário de deslocamento e outros fatores.

Berth (2023), aponta para o fato de a cidade ser branca e masculina. E observa, ainda, a influência que a cidade exerce na forma como nos enxergamos como agentes produtores desse espaço e como enxergamos os demais agentes que também produzem esses espaços, de maneira que esses simbolismos presentes no espaço, que são nele colocados de forma consciente ou não, nos tocam emocionalmente, interferindo no nosso agir. Ela diz

A cidade se expressa por símbolos que comunicam as ideias, tanto conscientes quanto inconscientes de quem projeta seus espaços e edificações. [...] uma vez que as opressões são captadas silenciosamente pela percepção dos símbolos e discursos impressos nela, atuando no inconsciente coletivo e individual e perpetuando essas ideias supremacistas, excludentes e segregacionistas que estão sendo propagadas ao longo da nossa história. Essas opressões são emitidas a nível da organização social do espaço físico. (Berth, 2023, p.222)

A autora também vai afirmar que o racismo tem sido ativamente um dos urbanistas das cidades brasileiras, estando presente desde época colonial e encontrando suporte no racismo científico a partir da ideologia eugenista, para a promoção das políticas higienistas que ocorreram no início do século passado, e que continuam a ocorrer ainda neste século através de outras ferramentas. Ela nos lembra que

No pós-abolição, o Brasil, diante da entrada e consolidação da industrialização (e do capitalismo) e, conseqüentemente de novos modelos de cidade, veria a negritude como um

problema urbano. Não pela sua existência em si, mas pela recusa da sociedade branca dominante em incluir a população negra como seres sociais. (Berth, 2019, p.132)

Um resultado dessa política anti-negro existente no Brasil está presente urbanismo sanitário promovido pelo prefeito Pereira Passos no início do século XX, na cidade do Rio de Janeiro, que foi responsável por “embelezar” a cidade ao desejar transformá-la numa Paris tropical, retirando da região central da cidade os moradores indesejados, tendo também o intuito de civilizar essa parte marginalizada da população. Essas pessoas que à época moravam em cortiços também localizados na região central da cidade e na favela da Providência (primeira favela do Brasil), eram, segundo Campos (2010), entre 1870 e 1890, os espaços ocupados pelos mais pobres (sobretudo pelos negros, que compunham a maior parte da população), sendo também as principais localizações a sofrerem interferência do Estado.

Dessa forma, torna-se evidente como o elemento racial e o de gênero estão presentes na produção do espaço na cidade do Rio de Janeiro, o que traz grandes impactos para o viver das mulheres negras especificamente. Ribeiro e Avila (2019) citam Garcia (2010) ao afirmarem, então, que “[...] a cidade é pensada para a circulação do capital e não para o bem viver, reproduzindo também suas múltiplas opressões e desigualdades, constituindo-se como patriarcal, sexista e discriminatória.” (Ribeiro; Avila, 2019, p.73)

Nesse sentido, é possível refletirmos, sobre o sentimento de pertencimento que é despertado nessas mulheres, pois ao serem bombardeadas diariamente com mensagens simbólicas indicando em quais lugares devem estar ou não, ou em quais lugares são bem-vindas ou não, podendo impactar na forma como essas mulheres escolherão viver a cidade, pois, afinal, a quem pertence a cidade? Ao avaliar essa situação, Berth (2023) afirma que

Enquanto homens detiveram a exclusividade narrativa impressa nas cidades, mulheres e todas as outras categorias que estão abaixo da sua posição na pirâmide social conviveram com violências simbólicas que, somada às outras violências, produzem efeitos perigosos como alteração da autopercepção (notem como perdemos a noção de tamanho ou escala humana quando andamos por centros urbanos), baixa autoestima e sentimentos de impotência acentuados, sensação de sufocamento e de desproteção, sensação de estar em lugar que não deveria estar, entre outros sinais comportamentais que denunciam danos à nossa estrutura psíquica. (Berth, 2023, p.236)

SER MULHER NEGRA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

A partir da construção da ideia do corpo como espaço, um corpo que segundo Valentine (2001, *apud* Haesbaert, 2020), é o espaço, para além de estar no espaço, e serve de base material para nossa conexão com mundo e com as experiências a serem realizadas nele. Esse corpo se faz também território, ainda segundo a autora, pois “[...] expressões como “superfície marcada pela cultura” e “fronteira” constituem alusões a traços de “territorialidade” presentes através do espaço do corpo. (Valentine, 2001, *apud* Haesbaert, 2020). Esse corpo torna-se território também a partir do momento que sendo um espaço será também o primeiro espaço que será territorializado, apropriado por si, e tentará ser

apropriado por outro, como o Estado e outras instituições, a partir do controle dos corpos estabelecido em nossa sociedade. O ato de se apropriar de seu próprio corpo e marcar em sua superfície sua cultura, bem como tudo o que diz respeito a sua existência e identidade cultural se firma como o primeiro ato de territorialização empreendido por uma pessoa como forma de manutenção de reprodução da vida.

A partir disso, refletimos sobre como se dará a relação entre esse corpo- espaço/ corpo- território com o espaço de uma cidade que é construída para a transmitir a mensagem de que apenas alguns corpos são autorizados a se fazerem presentes de forma ativa. Por esse motivo, Ribeiro e Avila (2019) enfatizam que

Pensar a cidade é pensar nos dilemas de ser mulher e ser negra e nos constantes processos de luta e resistência que esses corpos carregam, seja na cor de vestido, na opulência de um turbante, na ancestralidade de uma trança, ou pelo simples fato de ocupar lugares que não foram socialmente destinados a esses corpos, assim o simples fato de (re) existir configura-se como um ato de resistência." (Ribeiro; Avila, 2019, p.80)

Para compreender melhor como ocorre essa relação, mais especificamente, como as mulheres negras cariocas se territorializam no espaço da cidade do Rio de Janeiro em meio a todas essas dificuldades que lhes são impostas, foi realizado um trabalho de campo no bairro de Madureira, localizado na Zona Norte carioca, a fim de entrevistar algumas mulheres e compreender um pouco mais a fundo os desdobramentos dessa problemática.

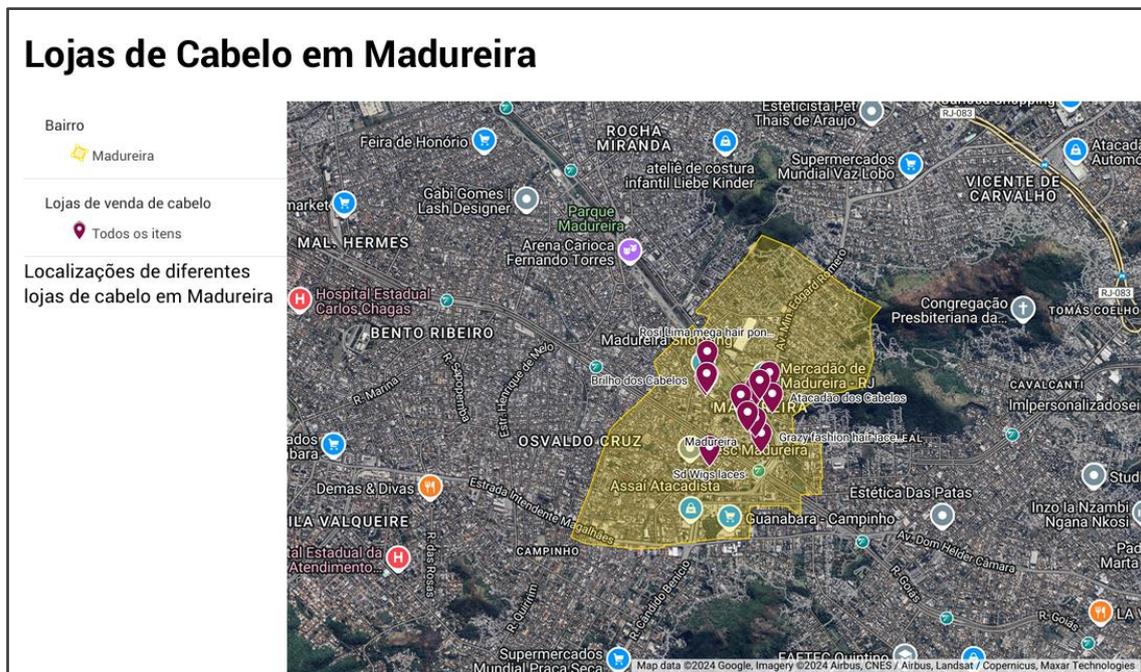
O bairro de Madureira é o maior polo comercial da zona norte da cidade do Rio de Janeiro, além de ser fortemente marcado pela presença da cultura negra, tendo tido os seus primeiros moradores oriundos da política de reforma urbana realizada pelo prefeito Pereira Passos no início do século XX. Pode-se dizer que o bairro também é um dos berços do samba da cidade, abrigando escolas de samba como Império Serrano e Portela desde a sua fundação.

Em 2019, o jornal O Dia, publicou uma reportagem com o título "Madureira tem o maior polo de valorização da cultura afro-brasileira no Rio", onde enfatizou que o bairro é berço de diversos movimentos de valorização da cultura negra, citando o primeiro bloco afro do Rio, o Agbara Dudu, o Baile Charme, o Wakanda in Madureira e a roda de samba Awurê. Em entrevista para o jornal, Elias José Alfredo, presidente do Agbara Dudu, afirmou que "Em Madureira, exercitamos algo que é nosso e nos foi negado, como a dança e o canto. Quando você vai ao Jongo da Serrinha, ao Baile Charme ou à escola de samba, está vivendo uma África da diáspora. Madureira é o polo cultural da periferia e atrai pessoas de todos os cantos".

Em razão dos aspectos sócio-históricos citados acima, o bairro de Madureira foi considerado o local mais propício para a primeira investigação de campo. Lá, o Mercadão de Madureira foi o local onde se realizaram as entrevistas por concentrar um maior número de lojas e artigos de cabelo para tranças e penteados. A figura 2 abaixo apresenta um breve esquema da localização dessas lojas de venda de produtos e cabelos citadas que foram localizadas a partir de uma busca no Google através da utilização das palavras-chave cabelo/ loja cabelo/lace, excluindo aquelas lojas que trouxessem em seus nomes relação com salões

de beleza. Nessa pesquisa o bairro de Madureira se apresenta como núcleo expressivo de venda desses tipos de produtos.

Figura 2: Localização de lojas de cabelo em Madureira.



Fonte: Elaborada pela própria autora.

No esquema foram localizadas 18 lojas presentes dentro dos limites do bairro. O Mercado de Madureira embora não tenha tido suas lojas contabilizadas dentro desse esquema também apresenta uma grande quantidade de lojas destinadas a esses fins. A escolha por realizar as entrevistas dentro do mercado também se dá pela maior facilidade de circulação por ser um ambiente fechado, fator que também facilita o contato com as entrevistadas e pode proporcionar um maior número de entrevistas.

Essa escolha do local foi feita a partir do entendimento de que sendo o público-alvo da pesquisa as mulheres negras e essas terem uma forte relação de identidade com seus cabelos por um elemento importante na sua constituição de identidade, a probabilidade de encontrarmos um maior número de possíveis entrevistadas. Kilomba (2019) reforça como o cabelo é uma importante ferramenta de consciência política para as pessoas negras em diáspora, pois esses penteados e formas de usar o cabelo tipicamente africanos são responsáveis por transmitir uma mensagem política contra a opressão e a favor de um fortalecimento racial, “[...] eles são políticos e moldam as posições das mulheres negras em relação à “raça”, gênero e beleza”. (Kilomba, 2019, p.127)

Com a proposta de se desenvolver um estudo preliminar sobre a relação da mulher negra com a cidade no seu processo de territorialização o questionário da entrevista contou com as seguintes perguntas:

1. ● Onde você mora?

2. ● O que você veio fazer aqui?
3. ● Você se sente bem aqui?
4. ● Tem lugares na cidade que você se sente mal (lojas, shoppings, ruas, bairros, espaços de lazer)? Que você evita frequentar?
5. ● Você acha que isso tem relação com o fato de você ser uma mulher negra?
6. ● Você considera que enfrenta alguma dificuldade ao se deslocar pela cidade, acessar alguns lugares por ser uma mulher negra?
7. ● Quais lugares você se sente bem, acolhida, representada, segura?
8. ● Aonde você vai para se divertir? Por que você gosta de ir a esses lugares? Como você se sente ao estar neles?

Dessa maneira, nesse primeiro trabalho de campo foram entrevistadas 7 mulheres negras, 4 delas aparentavam estar na faixa de 20-30 anos de idade, 1 aparentava estar na faixa dos 40 anos e 2 aparentavam ter mais de 50 anos. Apenas uma delas é moradora de outro município da região metropolitana, todas as outras 6 são moradoras da Zona Norte ou Zona Oeste da cidade. 4 delas trabalhavam no Mercado, enquanto as outras 3 estavam usufruindo dos serviços ali oferecidos, comprando cabelo para tranças ou fazendo o cabelo. Todas as entrevistadas são mulheres negras e todas as entrevistas foram realizadas em lojas especializadas em venda de cabelos e produtos para cabelos.

As 5 mulheres mais jovens relataram sentirem desconforto e preferirem não frequentar locais com um maior número de pessoas brancas, ou locais que são considerados mais elitizados no geral, a zona sul do Rio de Janeiro também foi caracterizada como uma região que traz esse sentimento de desconforto no geral. Nesse quesito a relação negativa com os espaços dos shoppings foi um aspecto presente na fala de todas elas, onde houve relatos sobre a necessidade de estarem se sentindo arrumadas e não utilizarem qualquer roupa e cabelo para frequentar esse espaço. Nesse sentido uma das entrevistadas relatou um momento em que teve que ir a um shopping num bairro de população com maior poder aquisitivo: "então entrei lá e as pessoas são muito assim, com a soberba sabe, olha você, vê você de uma forma diferente, então depois disso eu não frequento mais lá, de jeito nenhum, não gosto, não". Ainda com relação à frequência de shoppings, uma outra entrevistada trouxe o seguinte relato: "Eu não vou no shopping de havaiana. Na verdade, eu não saio de havaiana. Só se for para a praia, mas para mim sair, eu tenho que estar com o sapato fechado, bem maquiada, se for no shopping eu não vou com qualquer roupa, tenho que tá bem arrumada. Se você falar assim, hoje, vamos no shopping, do jeito que eu tô eu não vou, porque as pessoas te olham." [sic]

O espaço da praia também esteve presente nas entrevistas, sendo preferível não frequentar as praias localizadas na zona sul e praia da Barra, por se revelarem como espaços que trazem sentimentos de desconforto e insegurança para essas mulheres. Em

contrapartida, as duas mulheres mais velhas revelaram não terem nunca sentido nenhum desconforto ao frequentar nenhum tipo de espaço na cidade, ou terem escolhido não frequentar por não se sentirem bem-vindas, afirmaram que aonde quiserem ir, irão, uma delas afirmou: “Vou, sem problema. Sim, porque eu sou de chegar, meu amor, sou de chegar, quero nem saber, sou de chegar”. Há a possibilidade dessa resposta se revelar como um aspecto geracional, necessário mais pesquisa e entrevistas para sanar essa hipótese.

Essas respostas à entrevista vão de encontro ao que Santos (2012) chama de “fronteiras invisíveis”, que estão presentes no espaço onde se dão as relações raciais, pois “uma sociedade que tem o racismo como elemento de suas relações, terá sua Geografia marcada por esse racismo também” (Porto- Gonçalves, 2002, p.4 *apud* Santos, 2007, p.29). Essas fronteiras são responsáveis por organizar as experiências espaciais despertando sentimentos de pertencimento e determinando quais comportamentos são aceitáveis. Dessa forma, esse processo de formação de fronteiras nas relações sociais está orientando e impactando de forma latente o ser e estar no espaço, de maneira que

[...] o ordenamento através da fronteirização [...] rejeita e institui alteridade. Esta característica paradoxal dos processos de fronteirização nos quais as fronteiras são erguidas para ocultar ambiguidades territoriais e identidades ambivalentes – de maneira a desenhar uma única e coesiva ordem, ao mesmo tempo que cria novas ou reproduz diferenças latentes e já existentes no espaço e nas identidades – é de grande importância na compreensão das nossas práticas diárias contemporâneas. (Houtoum; Naerssen, 2002, p. 126 *apud* Santos, 2006, p.57-8).

Santos (2006) irá afirmar então que recorrer ao entendimento do processo de fronteirização nos ajuda a compreender a complexidade que molda as relações raciais no Brasil, assim

há espaços, lugares, momentos, contextos de interação nos quais, através de comportamentos (que são fruto de comandos e aprendizados) subjetivos (às vezes, bastante objetivos!) a presença negra pode ser aceita, brindada e até valorizada, ou, por outro lado, tolerada, não aceita, reprimida ou repelida. Lugares onde a presença de um negro, ou de um grupo de negros, pode passar despercebido em seu pertencimento racial, ou, pode causar espanto ou surpresa (Santos, 2006, p.58)

Para falar de espaços que gostam de frequentar e se sentem bem frequentando foram trazidos espaços próximos aos locais de suas residências principalmente, uma das entrevistadas relatou a preferência por frequentar locais onde existam mais pessoas negras por se sentir mais confortável. Quanto a isso uma das entrevistadas afirmou: “Aqui mesmo em Madureira, embaixo do viaduto tem um baile, baile charme, tem o nego que faz, tem pagode, aí eu vou. Eu gosto de ir e são lugares que eu me encaixo. Você vai chegar lá, vai ver mulheres de cabelos imensos, de todas as cores diferentes, todos na maior parte negros, aonde os outros que não se encaixam.” Uma outra entrevistada afirmou gostar de frequentar uma roda de samba próximo à sua casa, sobre isso ela disse: “Porque o Batuq é só mulheres negras. Então é pra lá que eu gosto de ir, pra lá que me sinto bem.” [sic] A figura 3 mostra um dos momentos de entrevista realizada no trabalho de campo.

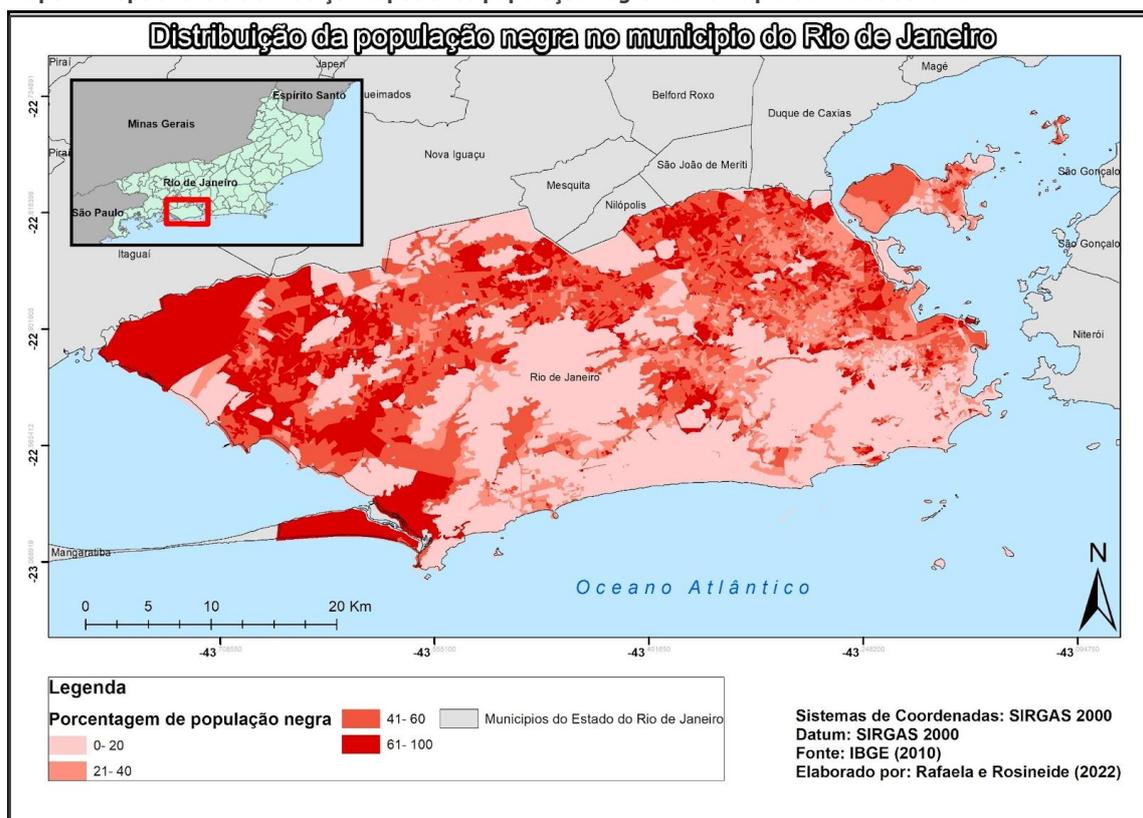
Figura 3: Momento de entrevista em loja no Mercadão de Madureira.



Fonte: Imagem de arquivo pessoal.

Esse aspecto dos locais próximos às residências torna-se interessante sob a perspectiva da distribuição racial da cidade do Rio Janeiro. No mapa abaixo, confeccionado com dados do censo de 2010 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), nota-se um predomínio de ocupação das zonas norte e zona oeste continental pela população negra (neste mapa são considerados os pretos e pardos como de acordo com a classificação do IBGE). Tendo em vista o censo do ano de 2022, no qual foi observado pelo Governo Federal um aumento na autodeclaração de pretos e pardos no país², pensamos que proporcionalmente há a possibilidade da manutenção dessa característica apresentada no mapa, ou até a intensificação dos pretos e pardos na distribuição pelo território da cidade do Rio de Janeiro.

Mapa 1: Mapa sobre a distribuição espacial da população negra no município do Rio de Janeiro.



Fonte: Elaborado pela própria autora.

De forma geral, ser mulher negra na cidade, e especificamente no Rio de Janeiro, se mostra como tarefa desafiadora, devido aos diversos obstáculos sociais, raciais, de gênero, de moradia e muitos outros presentes em suas vidas cotidianamente. Contudo, apesar de tudo, outras estratégias para a manutenção da possibilidade de reprodução de suas vidas são continuamente criadas e os espaços de territorialização se revelam como locais de identificação, cuidado e preservação de laços e identidades culturais necessários na continuidade na luta pela existência no espaço da cidade. Portanto,

Esses são espaços públicos, ocupados temporariamente por segmentos da comunidade negra, enquanto momentos de lazer que é lastreado política mente pela valorização da negritude. [...] A geo-grafia desse espaço é dada pela corporeidade dos frequentadores e pelos traços culturais valorizados que remetem diretamente à negritude. São as experiências sociais (de espaço) que organizam essa geo-grafia das relações raciais. (Santos, 2006, p.60)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível notar a forma como raça, classe e gênero são elementos que atuam simultaneamente na vida de mulheres negras, principalmente na forma como irão se relacionar com o espaço da cidade a partir de seus corpos que são preteridos nesses lugares de convivência. A escolha por frequentar locais onde há maior concentração de pessoas negras e/ou locais próximos às suas casas se revela como um processo de reterritorialização empreendido através do processo diaspórico vivenciado ainda hoje no século XXI. "O contato

entre comunidades da diáspora, independente dos contatos com a terra de origem, é vital para forjar a sua consciência, suas instituições e suas redes” (Butler; Domingues, 2020, p.23)

Ao discutirmos as formas de territorialização que estão sendo empreendidas pelas mulheres negras na cidade do rio, falamos também sobre o direito que essas mulheres (não) têm à cidade. Para Lefebvre (2008) como direito à cidade se constitui como o acesso a todos os outros direitos como direito ao trabalho, à educação, habitação, saúde, lazer, dentre outro, de forma que uma pessoa só terá pleno direito à cidade ao ter todos os seus outros direitos garantidos, o que não é uma realidade na vida das mulheres negras, uma vez que as mulheres negras pobres são as maiores vítimas violência obstétrica no país ainda no século XXI³, onde 63% das casas chefiadas por mulheres negras estão abaixo da linha da pobreza⁴, e onde as mulheres negras são as maiores vítimas de violências ao se deslocarem pela cidade, como visto acima neste trabalho. Nesse sentido, Ribeiro e Avila (2019) nos atenta para a compreensão de que

O direito à cidade é o direito à vida urbana, reinventada com todos seus deslocamentos possíveis. É o direito de transformar a vida urbana, acolhendo todos seus arranjos, cores e desejos. Reconhecer o direito à cidade é reconhecer o sujeito ético coletivo que desenha uma outra estética da cidade. Defender o direito à cidade é compreender o movimento desterritorializante, denunciando a racionalidade codificada. (Ribeiro e Avila, 2019, p.71)

Um direito que é negado às mulheres negras, retirando-as do espaço de convívio da cidade, que ironicamente nasceu como o espaço do encontro com outro, com o diferente, e hoje cada vez mais é pensada como lugar do encontro com o igual, negando a existência de outras formas de realização da vida e experiência com o espaço, conseqüentemente produzindo uma sociedade cada vez mais doente e alheia à percepção e aceitação das diferenças, uma sociedade alienada de si e do outro.

A presença do corpo da mulher negra na cidade se revela também como uma forma de tensionar esse espaço que é pensado e construído para repelir seus corpos. O tensionamento do corpo-espaço/ corpo- território da mulher negra com o espaço da cidade que é simbolicamente construído para fazê-la acreditar que existem lugares aos quais ela pode estar, enquanto há locais onde ela não deveria se fazer presente se mostra como um ato de resistência, estar viva e se fazer presente na cidade é, na sociedade em que vivemos, um ato de resistência, pois

Pensar o corpo da população negra na cidade é reconhecer “(...) à resistência às imposições normativas” na tentativa da “reinvenção de si” (SILVA, 2018, p.07). A reinvenção de si significa a negação da subalternização imposta fruto da Diáspora que sofreu a população negra. A dinâmica dos padrões coloniais nos corpos marca a escravidão e seus resultados engendrados no espaço de uma sociabilidade forçada. (Ribeiro; Avila, 2019, p.69-70)

REFERÊNCIAS

- BASTOS, Ana Paula Pinto. **A diáspora africana numa trajetória geográfica, territorial e libertadora**: da África ao Brasil (a liberdade em Redenção). Cadernos de Geografia, N.34, p. 65-72. Disponível em: https://ap1.sib.uc.pt/explore?bitstream_id=11453751&handle=10316.2/38317&provider=iiif-image#c=0&m=0&s=0&cv=2&xywh=-462%2C0%2C5343%2C3071 Acesso em: 30 out. 2024.
- BENTO, Cida. **O Pacto da branquitude**. [S. l.]: Companhia das Letras, 2022.
- BERTH, Joice. **Se a cidade fosse nossa**: racismo, falocentrismos e opressões nas cidades. 2ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.
- BUTLER, Kim D., DOMINGUES, Petrônio. **Diásporas imaginadas**: Atlântico Negro e histórias afro-brasileiras. 1ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2020.
- CAMPOS, Andreilino. Do Quilombo à Favela: A Construção dos Territórios “Criminalizados” na Metrópole do Rio de Janeiro. In: **Do Quilombo à Favela: A Produção do “Espaço Criminalizado” no Rio de Janeiro**. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2010. cap.2, p. 51-62.
- CAMPOS, Mayã Polo de; SILVA, Joseli Maria. **‘Teu corpo é o espaço mais teu possível’**: Construindo a análise do corpo como espaço geográfico. Revista da ANPEGE, [S. l.], v. 16, n. 31, p. 101–114, 2020. DOI: 10.5418/ra2020.v16i31.10750. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/anpege/article/view/10750> . Acesso em: 23 out. 2024.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento: Contribuições do feminismo negro. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**; tradução Rane Souza - 1.ed. - São Paulo:Boitempo, 2021.
- CRENSHAW, Kimberlé W., **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex**: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics, 1989 U. CHI. LEGAL F. 139 (1989). Disponível em: https://scholarship.law.columbia.edu/faculty_scholarship/3007. Acesso em: 2 out. 2024
- CULTURA** popular e polo comercial em Madureira. [S. l.], 3 abr. 2013. Disponível em: <https://www.multirio.rj.gov.br/index.php/reportagens/465-madureira-vocacao-para-o-samba-e-para-o-comercio>. Acesso em: 03 nov. 2024.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre: UFF, 2004, n.p. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf> . Acesso em: 18 out. 2024.

HAESBAERT, Rogério. Do Corpo-Território Ao Território-Corpo (Da Terra): Contribuições Decoloniais. **GEOgraphia**, v. 22, n. 48, 16 jun. 2020. p. 75- 90. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/43100> . Acesso em: 24 out. 2024.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**: episódios de racismo cotidiano: tradução Jess Oliveira - 1.ed - Rio de Janeiro:Cobogó, 2019.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. [S. l.]: Centauro, 2011.

MADUREIRA tem o maior polo de valorização da cultura afro-brasileira no Rio. O Dia, [S. l.], p. n.p, 28 dez. 2019. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/diversao/carnaval/2019/12/5845840-madureira-tem-o-maior-polo-de-valorizacao-da-cultura-afro-brasileira-no-rio.html>. Acesso em: 3 nov. 2024.

RIBEIRO, Cristine Jaques; AVILA, Carla Silva. O Direito À Cidade E A Mulher Negra. Missões: **Revista de Ciências Humanas e Sociais**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 66–83, 2024. Disponível em: <https://revistamissoeschs.com.br/missoes/article/view/136>. Acesso em: 15 out. 2024.

SANTOS, Renato Emerson dos. A Lei 10.639 e o Ensino de Geografia. *In*: SANTOS, Renato Emerson dos (org.). **Diversidade, Espaço e Relações Étnico- Raciais**: O Negro na Geografia do Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. cap. 1, p. 21-42.

SANTOS, Renato Emerson dos. Sobre espacialidades das relações raciais: Raça, racialidade e racismo no espaço urbano. *In*: SANTOS, Renato Emerson dos (org.). **QUESTÕES URBANAS E RACISMO**. Brasília: DP et Alii, 2012. p. 37-67.

SILVA, Joseli. M.; ORNAT, Marcio. Jose. Corpo como espaço: um desafio à imaginação geográfica. *IN*: PIRES, Cláudia L. Z.; HEIDRICH, Álvaro L.; COSTA, Benhur P. da. (Orgs.). **Plurilocalidade dos sujeitos: representações e ações no território**. Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura, 2016.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In*: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORREA, Roberto Lobato (org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. 2. ed. [S. l.]: Bertrand, 2000.

WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saúde e sociedade**, São Paulo, v. 25, ed. 3, p. 535-549, 2016.. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/bJdS7R46GV7PB3wV54qW7vm/?format=pdf&lang=pt> >. Acesso em: 10 out. 2024.

¹ Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/pesquisa-71-das-mulheres-ja-sofreram-violencia-durante-deslocamento-pelas-cidades/>. Acesso em 02 out. 2024.

² Disponível em: <https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/composicao/secretaria-de-gestao-do-sistema-nacional-de-promocao-da-igualdade-racial/diretoria-de-avaliacao-monitoramento-e-gestao-da-informacao/informativos/Informe-edicao-censo-demografico2022.pdf>. Acesso em 03 nov. 2024.

³ Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2024/07/08/maes-negras-e-com-baixa-escolaridade-sao-maiores-vitimas-em-casos-de-violencia-obstetrica-diz-pesquisa-da-fiocruz.ghtml>. Acesso 03 nov. 2024

⁴ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/no-brasil-63-das-casas-chefiadas-por-mulheres-negras-estao-abaixo-da-linha-da-pobreza/>. Acesso 03 nov. 2024